

Amazônia em Chamas de Capital: Expropriação, Superexploração da força de trabalho e Resistência no Coração Verde do Capitalismo Dependente

Ana Cristina Oliveira de Oliveira¹

Fernanda Arruda de Oliveira²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a Lei Geral da Acumulação Capitalista e suas manifestações concretas no espaço regional amazônico brasileiro. A partir da abordagem metodológica do materialismo histórico e dialético, investiga-se como os processos de acumulação e centralização do capital engendram a superexploração da força de trabalho, transformações territoriais e aprofundamento das desigualdades sociais, especialmente em sociedades de capitalismo dependente. O estudo também considera os aportes teóricos de autores como Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin e Ruy Mauro Marini, para compreender os mecanismos de expropriação, expansão, dominação e resistências que articulam as dinâmicas de reprodução ampliada do capital. A Amazônia é analisada como um território estratégico dentro dessa lógica, sendo historicamente submetida a projetos de inserção subordinada ao mercado mundial e à lógica do capital. A análise evidencia que o avanço da acumulação capitalista nessa região se dá por meio da violência estrutural, da devastação ambiental, da expulsão das populações originárias, formando processos de resistência anticapitalistas.

Palavras-chave: acumulação capitalista; superexploração da força de trabalho; materialismo histórico-dialético; capitalismo dependente; Amazônia.

Abstract

This article aims to analyze the General Law of Capitalist Accumulation and its concrete manifestations in the Brazilian Amazon region. Based on the methodological approach of historical and dialectical materialism, the study investigates how the processes of capital accumulation and centralization give rise to the overexploitation of labor power, territorial transformations, and the deepening of social inequalities—particularly in dependent capitalist societies. The research also draws on the theoretical contributions of Rosa Luxemburg, Vladimir Lenin, and Ruy Mauro Marini to understand the mechanisms of expropriation, expansion, domination, and resistance that structure the dynamics of capital's expanded reproduction. The Amazon is examined as a strategic territory within this logic, historically subjected to subordinated integration into the world market and the logic of capital. The analysis reveals that the advance of capitalist accumulation in the region occurs through structural violence, environmental devastation, and the expulsion of Indigenous populations, while also giving rise to anti-capitalist resistance processes.

Keywords: capitalist accumulation; overexploitation of labor power; historical and dialectical materialism; dependent capitalism; Amazon.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PGSSDR). Email: anacristinaoliveira@id.uff.br

² Assistente Social. Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PGSSDR/UFF). Email: frearrudaoli@gmail.com

Introdução

A presente investigação tem como objetivo analisar a Lei Geral da Acumulação Capitalista (Marx, 2017) em suas manifestações concretas no espaço regional amazônico brasileiro, articulando os processos históricos de expropriação, superexploração da força de trabalho e centralização do capital. Considera-se que a acumulação capitalista não se limita a uma dinâmica estritamente econômica, mas constitui, sobretudo, uma relação social fundada na exploração e dominação de classe, profundamente marcada, em formações sociais dependentes como o Brasil, por determinações históricas que entrelaçam capitalismo, colonialismo e imperialismo. Assim, torna-se imprescindível abordar a Amazônia não como uma “fronteira vazia” a ser integrada ao desenvolvimento, mas como um território historicamente inserido, de forma subordinada, nos circuitos ampliados de valorização do capital, onde se expressam com particular agudeza os traços estruturantes do capitalismo dependente.

A análise parte de uma perspectiva teórico-metodológica ancorada no materialismo histórico-dialético, o que possibilita apreender a totalidade social em sua historicidade, contradições e mediações. O marco teórico mobiliza os fundamentos críticos da economia política marxista, com destaque para os aportes de Karl Marx sobre as leis tendenciais da acumulação capitalista — especialmente a composição orgânica do capital, o exército industrial de reserva e os mecanismos de concentração e centralização —, além das formulações de Rosa Luxemburgo (2021) e Vladimir Lênin (2011) no que tange à expansão imperialista e à acumulação por espoliação. Soma-se a isso a contribuição decisiva de Ruy Mauro Marini (2012) para a compreensão da superexploração da força de trabalho e da lógica dependente de reprodução do capital, cujos desdobramentos contemporâneos permitem interpretar a especificidade da inserção da Amazônia na dinâmica do capital globalizado.

O recorte empírico centra-se na análise de processos socioeconômicos e territoriais ocorridos na região amazônica brasileira nas últimas décadas, com ênfase nos efeitos sociais e ambientais da implantação de grandes projetos econômicos vinculados ao agronegócio, à mineração e à logística. Essa escolha decorre da centralidade que tais territórios têm assumido no contexto da reconfiguração capitalista contemporânea, marcada por uma nova etapa de acumulação por despossessão que amplia os mecanismos de expropriação territorial e precarização do trabalho, articulando-se ao avanço de formas neocoloniais de ocupação e uso dos bens comuns.

Tal inserção se expressa por meio de um padrão de desenvolvimento orientado à exportação de commodities primárias, em que grandes empreendimentos — como projetos de mineração em Carajás, a expansão da fronteira agrícola em municípios como Paragominas e Balsas, e a construção de corredores logísticos intermodais (ferrovias, portos e hidrovias) — operam segundo uma lógica de enclave, promovendo a integração subordinada da região amazônica ao mercado mundial. Este modelo aprofunda os processos de expropriação e reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que acentua desigualdades territoriais e fragiliza formas tradicionais de reprodução da vida, com impactos significativos sobre povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores urbanos periféricos. Nesse contexto, os conflitos fundiários, o avanço do desmatamento, a degradação ambiental e a intensificação da violência sociopolítica constituem expressões concretas das contradições do capital no território amazônico.

O aprofundamento dessas contradições revela o caráter estrutural da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Conforme aponta Marini (1973), essa forma específica de exploração — marcada pela intensificação do ritmo e da jornada de trabalho, pela desvalorização salarial abaixo do valor da força de trabalho e pela maior extração de mais-valia relativa e absoluta — constitui um mecanismo fundamental para a inserção periférica na economia mundial como regra, uma lei tendencial do capitalismo dependente. Na Amazônia, a superexploração da força de trabalho não se limita à dimensão salarial, mas se articula com o racismo estrutural, o patriarcado e a violação sistemática de direitos socioambientais, produzindo um padrão de acumulação violento e excludente. A força de trabalho utilizada nos megaprojetos da região — frequentemente contratada de maneira precária, rotativa e sem garantias — é majoritariamente composta por jovens, negros, migrantes e populações originárias, submetidos a processos intensos de desqualificação e subalternização.

Do ponto de vista da centralização do capital, observa-se a crescente presença de grandes conglomerados transnacionais e fundos de investimento nas cadeias produtivas amazônicas, evidenciando o papel da região como território estratégico para a acumulação global. Essa centralização não apenas concentra poder econômico, mas também redefine as formas de regulação política e jurídica do território, promovendo ajustes institucionais, flexibilizações normativas e regimes de exceção que facilitam a apropriação privada de recursos naturais e a imposição de projetos de desenvolvimento que se sobrepõem aos direitos coletivos das populações locais. Assim, a totalidade da

reprodução do capital se expressa em uma multiplicidade de determinações — econômicas, políticas, ideológicas e territoriais — que interagem dialeticamente na configuração da realidade amazônica contemporânea.

O trabalho organiza-se em três seções analíticas. A primeira discute os fundamentos da Lei Geral da Acumulação Capitalista, conforme delineada por Marx no Livro I de *O Capital*, ressaltando a relação entre acumulação, pauperização relativa e exército industrial de reserva. A segunda seção aborda a especificidade da superexploração da força de trabalho nas formações sociais dependentes, conforme formulada por Marini (1973), analisando como tal categoria teórica continua atual para interpretar as formas contemporâneas de precarização laboral e intensificação do trabalho na periferia do sistema. Na terceira e última seção, realiza-se uma leitura crítica da dinâmica recente de expansão capitalista na Amazônia brasileira, com ênfase nos impactos sociais, ambientais e territoriais resultantes da ação de grandes grupos econômicos, que operam sob a lógica da centralização do capital e da expropriação permanente dos territórios e dos saberes tradicionais e as resistências.

Ao propor essa articulação entre a teoria marxista da acumulação e a realidade amazônica, o artigo visa contribuir para o aprofundamento do debate sobre os mecanismos de reprodução ampliada do capital em territórios periféricos, evidenciando as formas renovadas de dominação e resistência que marcam a inserção da Amazônia na geopolítica contemporânea do capital. Nesse sentido, busca-se não apenas denunciar os efeitos da expansão predatória sobre as populações locais, mas também afirmar os processos de resistência protagonizados por sujeitos coletivos — indígenas, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores urbanos e rurais — que, em meio às contradições do desenvolvimento capitalista, constroem práticas de enfrentamento e alternativas de vida.

2. Amazônia e a Lógica da Acumulação: Entre o Capital e a Resistência dos Povos

Ao iniciar a discussão sobre A Lei Geral de Acumulação Capitalista, Marx (2017), expõe que sua intenção era investigar as consequências sofridas pela classe trabalhadora no que tange ao aumento do capital.

É possível entender, segundo esses escritos, que o capitalismo se funda sobre a exploração do trabalho assalariado e tem como princípio de seu fundamento a produção de mercadorias, a riqueza de cada indivíduo como parte da alíquota da riqueza global. Neste formato, o capitalismo necessita aumentar de forma incessante a quantidade de valor produzida. O que temos, então, é a compreensão do capital como uma relação social, o qual conforme vai se ampliando influencia sobremaneira o destino da classe trabalhadora (Marx, 2017).

Ao iniciar a exposição sobre a composição do capital, vemos que esta se divide sobre dois aspectos: o capital constante e o capital variável. É na correlação dos dois, no âmbito da produção, que Marx (2017) percebe uma lógica do funcionamento da capacidade de produção, assim “o crescimento do capital implica o crescimento de seu componente variável, ou seja, daquele componente que se converte em força de trabalho. Uma parte do mais-valor transformado em capital adicional tem de se converter sempre em capital variável ou fundo adicional de trabalho” (Marx, 2017, p. 689). O que ocorre, então, é que esse mais valor que é extraído da parcela de trabalho excedente não pago do trabalho (mais valor) retorna para o processo de produção, impulsiona o crescimento e produz uma ampliação da capacidade produtiva.

Essa composição orgânica do capital ainda se divide mais, ainda que relacionadas, se representa no modo de funcionamento do processo de produção (matéria), que é a composição técnica do capital, e a composição de valor, que está relacionada, em linhas gerais, do valor dos meios de produção, mas, principalmente o valor da força de trabalho, ou seja, a soma total dos salários (Marx, 2017).

Essa reprodução da força de trabalho é incorporada ao capital como meio de valorização e constitui um processo de reprodução do próprio processo do capitalismo. Assim, “a acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (Marx, 2017, p. 690). O processo de acumulação capitalista, é então, o uso de forma ampliada dos meios de produção e força de trabalho. O capital constante amplia e o capital variável tendencialmente diminui. Para a produção crescente de mais mercadorias, quanto maior capacidade produtiva, maior a produção de valor. O capital precisa se valorizar.

Marx (2017) analisa que ao estudar de forma contundente da Lei Geral de Acumulação Capitalista, temos a “composição do capital social de um país”. Assim, a análise média de todos os ramos da produção daquele espaço, principalmente no que tange o componente variável, implica na reprodução da força de trabalho e no seu crescimento. Sobre isso Marx (2017, p.692) nos coloca que:

o próprio mecanismo do processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, justamente por isso, têm de perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista.

Sobre essa passagem, o próprio mecanismo de funcionamento desse processo de acumulação é o mesmo que aumenta “a massa dos “pobres laboriosos”, que são aqueles assalariados que convertem a sua força de trabalho em mais valorização, em uma relação de dependência que se conversa na esfera da “exploração e dominação”, a qual se amplia em vários aspectos. O importante dessa relação é que do próprio “mais-produto”, que de forma crescente é transformado em capital adicional, se converte para a massa de trabalhadores com maiores condições de consumo. O que não significa diminuir a realidade de exploração. “à produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (Marx, 2017, p. 695). E ainda:

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional. Não se trata, portanto, de modo nenhum de uma relação de duas grandezas entre si independentes

– de um lado, a grandeza do capital e, de outro, o tamanho da população trabalhadora

–, mas antes, em última instância, da relação entre os trabalhos não pago e pago da mesma população trabalhadora. (Idem, p. 697).

Ademais, ao tratarmos da apropriação do excedente de trabalho pelos capitalistas, estamos falando de aspectos que compõem a forma como as classes exploradas são alocadas nesse sistema. Nesse meio, alguns elementos foram tratados de forma crucial por alguns autores, principalmente ao estudar o aspecto particular dessas ações em uma sociedade de capitalismo dependente. Falamos então de intensidade de trabalho, prolongamento das jornadas e a apropriação do fundo de consumo do trabalhador, transformada em fundo de capital. Estes são os elementos importantes que compõem a superexploração da força de trabalho (Marini, 1973).

Segundo Marini (2017), esta seria a superexploração da força de trabalho a ser operada por via de três mecanismos principais. O primeiro seria o aumento da intensidade do trabalho, por meio da qual o trabalhador passa a produzir, numa mesma

jornada de trabalho, uma quantidade de bens superior à que produzia nas condições anteriores. O segundo seria o prolongamento da jornada de trabalho, de forma a acrescentar o tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário, ou seja, amplia-se o período de produção dedicado à consecução de valor não apropriado pelo trabalhador. O terceiro trata da apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador, reduzindo o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência, em favor da ampliação do fundo de acumulação do capital. Atuando de forma isolada ou combinada, esses mecanismos seriam, para Marini, as possíveis maneiras de compensação dos valores transferidos aos países centrais para a manutenção do ciclo do capital nas economias dependentes. (Amaral; Duarte, 2023).

Além de estar diretamente relacionada à questão do fundo de valor, configura basal dos países assentados no capitalismo dependente (Luce, 2012).

[...] a superexploração se pode dar: (a) a conversão de parcela do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; (b) o prolongamento da jornada de trabalho; (c) o aumento da intensidade do trabalho; (d) o aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem pagamento correspondente (Luce, 2012, p. 121).

Esse debate é tão central que o próprio Marx (2017) já entendia que a força de trabalho comprada, nesse sistema, a partir dessa sociabilidade, não estava relacionada à satisfação dos anseios ou necessidades de quem as comprava. Como dito anteriormente, a criação desse excedente através do trabalho que não foi pago é a lei máxima desse modo de produção. Assim, a intenção é manter uma reprodução de capital que além de contínua, consiga ser cada vez mais explorável. Mais uma vez, temos então, conforme Marx (2017, p. 697), acentua que :

Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos.

Trata-se, portanto, da manutenção dessa exploração e do armazenamento dos excedentes de forma contínua. Ainda que o preço dessa remuneração aumentasse, por exemplo, isso tampouco modificaria o progresso da acumulação.

Dessa maneira, chegamos a um importante ponto da discussão. Marx (2017) nos diz que a “alavanca” do processo de acumulação está calcada na produtividade, no seu incremento, por parte do trabalho social. Essa produtividade pode ser medida pelo volume relativo dos meios de produção que determinado trabalhador consegue transformar em produto em um determinado período, sem que a intensidade desse trabalho seja diminuída (Marx, 2017).

Esse aumento, no entanto, é visto de duas formas. Primeiro como consequência, e segundo como condição para produtividade crescente. Isso porque com a introdução da maquinaria, e da divisão do trabalho estabelecida, o resultado encontrado era uma maior quantidade de matéria prima processada no mesmo espaço de tempo. Por isso, a relação entre os dois se evidencia quando se diminui, proporcionalmente, a quantidade de tempo de trabalho em relação a massa de matéria prima, ou “materiais auxiliares” que estão inseridos no processo, aumentando o grau de produtividade. Por mais contraditório que esse cenário pareça, Marx (2017, p. 700), explica que

Devemos assinalar, no entanto, que todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho surgidos sobre este fundamento são, ao mesmo tempo, métodos para aumentar a produção de mais-valor ou mais-produto, que, por sua vez, forma o elemento constitutivo da acumulação. Portanto, tais métodos servem, ao mesmo tempo, para produzir capital mediante capital ou para sua acumulação acelerada. A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, o fundamento de uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor.

O aumento da acumulação, através desse processo, acelera o desenvolvimento do próprio modo de produção como um todo, e ao mudar a composição técnica do capital (a parcela variável diminui em relação ao capital constante), cada acumulação se torna um novo meio para uma nova acumulação. É isso que concentra a riqueza em dois sentidos, nos capitalistas individuais e nos capitais individuais (Marx, 2017).

Ainda é na limitação da riqueza social, a qual é caracterizada pela competição entre os capitalistas, que o processo de acumulação e concentração estão centrados, e essa ação resulta, assim, na formação de novos capitais, a partir do já existente. Por fim, a acumulação assume novas formas, na medida em que se manifesta na concentração dos meios de produção e na dominação do processo de trabalho da força de trabalho. Processo de trabalho que mantém a exploração e acirra a competição entre diferentes capitalistas, ou seja, “portanto, com a acumulação do capital aumenta, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas” (Marx, 2017, p. 701).

No centro da disputa está a reprodução ampliada do capital, que acontece, em outras palavras, para gerar mais riqueza, uma espécie de reinjeção do capital, a qual impulsiona o crescimento e a capacidade produtiva. Marx (2017) chama a atenção que nesse processo um importante mecanismo ocorre. Qual seja, a divisão desses bens entre as famílias capitalistas, à medida em que elas acumulam riquezas e passam a ser divididas entre os herdeiros, dos quais acessam aos recursos e meios de produção. Esses novos capitalistas, providos de famílias abastadas, ascendem em um processo de acumulação que permite essa geração de novas figuras na classe dominante.

Assim, a concentração dos meios de produção se concentra em um número cada vez mais recluso de capitalistas. Em um movimento ampliado, os capitais menores passam a integrar as grandes corporações, ou por vezes, são engolidos pelas mesmas, e reforça, na mesma medida, a concentração do capital. É válido lembrar que o andar desses movimentos não são uma coisa em si, eles acontecem às custas da exploração dos trabalhadores e levam a um quadro de intensificação da exploração da força de trabalho. E, embora a competição seja central nessa dinâmica de acumulação, a cooperação, os acordos, investimentos indiretos, formação de oligopólios, se manifestam em diversos momentos e em diferentes formatos desse cenário.

Portanto, se a centralização é um dos elementos chave para a acumulação capitalista, temos então que é ela que frente a concorrência e o crédito, avança no processo da riqueza capitalista. A riqueza, portanto, é máxima expressão da reprodução em escala ampliada através dos processos de agrupamentos quantitativos ou de alterações nas distribuições de capitais, e assim:

As massas de capital fundidas entre si da noite para o dia por obra da centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente, convertendo-se, com isso, em novas e poderosas alavancas da acumulação social. Por isso, quando se fala do progresso da acumulação social, nisso se incluem – hoje – tacitamente os efeitos da centralização. (Marx, 2017, p. 703).

Marx (2017) desenvolveu nesse capítulo sobre as leis tendenciais da acumulação capitalista como um fenômeno que avançou no desenvolvimento do modo de produção capitalista de forma exponencial. Os capitais menores são derrotados pelos maiores na luta concorrencial, e esses são absorvidos pelos mesmos, levando ao que Marx (2017, p. 702), chamou de “mecanismo social para a centralização dos capitais”.

Ademais, a acumulação de capital que parecia estar tão somente ligada na ampliação da quantidade, se vê agora num processo contínuo de alterar também qualitativamente a composição em seus componentes, ainda que sobre as custas do componente variável, ou seja, pela força de trabalho. Mais ainda, o próprio processo de

concentração, o qual cria capitais a serem ampliados que assume, entre outras tantas, a atração de “força de trabalho suplementar”. Com isso, “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2017, p. 705). Daí a existência da superpopulação relativa provocada pela concentração e centralização do capital que ao gerar a fusão de capitais elimina grande parcela da força de trabalho.

Quando o desenvolvimento capitalista chega em uma determinada fase de acumulação constante, o aumento do grau de produtividade, aliado à intensificação da jornada de trabalho, é a forma propulsora de valorização pelo valor. Notadamente isso é intensificado pela divisão sociosexual, racial e regional do trabalho, além da extração do mais valor sob o jugo da superexploração da força de trabalho nos países de capitalismo dependente (Marini, 2012).

Isso se mostra de forma mais contundente, pois o avanço da acumulação capitalista e seu progresso consegue colocar mais capital variável em movimento sem a necessidade de ter mais trabalhadores. Fazendo substituições progressivas, de trabalhos considerados “inferiores”, ou “menos qualificados”, portanto, “todo capitalista tem interesse absoluto em extrair uma determinada quantidade de trabalho de um número menor de trabalhadores, em vez de extraí-lo por um preço igual ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores” (Marx, 2017, p. 711).

Marx (2017, p. 839), ao falar da teoria moderna da colonização, resume esse processo de forma certa, “a grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não apenas reproduz constantemente o assalariado como assalariado, mas, em relação à acumulação do capital, produz sempre uma superpopulação relativa de assalariados”. De todo modo, todo esse processo de obtenção de mais-valor para acumulação capitalista, se repete como um “círculo vicioso”.

Ao expor sobre isso, Marx (2017), diz que para os estudos da economia política, a forma primitiva de acumulação, seria como um “pecado original”, e seria essa a causa da pobreza tão massificada. Se antigamente os primeiros tinham riquezas para ostentar, os últimos necessitavam vender a si próprio para sobreviver. Nessa visão, a discussão de acumulação antecede a assim chamada acumulação primitiva, apesar de ser prévia uma da outra não é resultado desse modo de produção em questão, mas sim o ponto inicial.

Notadamente a estrutura da sociedade capitalista herda em muito a forma feudal. Ao se diluir, converte seus elementos para o modo de produção capitalista, ou seja, separa-se os trabalhadores das condições de trabalho e muda-se a finalidade da

produção para transformar em capital. Dessa forma, “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 2017, p. 786).

Esses são processos que funcionam como uma espécie de alavanca para formar aquilo que se constitui como modo de produção capitalista. Qual seja? A forma que as populações são retiradas e afastadas dos meios de produção e o modo como passam a ter que sobreviver. Onde são lançadas quando são expropriadas dos seus meios de produção e passam a ser obrigadas a vender a força de trabalho na forma de trabalho assalariado e subitamente sem uma alternativa. Ao assimilar que a origem do então desenvolvimento do capitalismo é a subjugação do trabalhador, podemos entender de forma mais clara o processo exploratório da força de trabalho, como também a forma que a Amazônia se modifica.

As primeiras cidades da região amazônica surgem nesse propósito, ainda durante o período colonial, com a chegada dos europeus, eles estabeleceram assentamentos aos longos dos rios, ou nas margens para facilitar o comércio dos produtos, látex e outras especiarias.

Ao olharmos a forma constituinte desses processos temos alguns parâmetros importantes. Marx (2017), ao falar da assim chamada acumulação primitiva destaca como a expropriação das terras dos trabalhadores rurais na Inglaterra do século XIV foi um dos elementos que possibilitou a separação dessa população com a capacidade produtiva. O segredo, denominado pelo autor, dessa acumulação reflete aquilo que Luxemburgo (2021), chamava atenção da apropriação do capital por espaços ainda “pré-capitalistas”.

É válido lembrar que o espaço regional amazônico ainda possui uma gama de regiões remanescentes ainda inexploradas. Porém, voltamos ao processo de desenvolvimento das cidades amazônicas e a forma como o modo de produzir dos povos originários eram caracterizados.

Em grande parte, os sistemas de produção das comunidades pertencentes aos povos originários eram voltados à subsistência. Por isso, não havia uma plena exploração da floresta, pelo menos não pela ótica destrutiva. Isso significa que os espaços naturais eram mantidos, o curso dos rios, trilhas e a forma produtiva natural. Quando a circulação da forma capitalista se fixa na região, a Amazônia passa a ser vista como um espaço pleno de expansão do capital, sobre isso:

enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; i.e., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. (Marx, 2011, p. 445).

À medida em que o desenvolvimento da riqueza ou das forças produtivas se mostra, as comunidades acabam por se desintegrar, sendo dissolvidas. Isso porque o capital põe como pressuposto de sua própria reprodução o desenvolvimento de suas forças produtivas. O processo em si é contraditório, mas o resultado se aloca na forma universal desenvolvida das forças produtivas que servirá de base para o mercado mundial (Marx, 2017).

Lenin (2021), ao avançar no debate, observa o mundo se repartindo sob as grandes potências, e enxerga um processo de escassez crescente das matérias primas, principalmente pelo desenvolvimento do processo da maquinaria e do desenvolvimento industrial. Além do aumento populacional, os próprios mecanismos internos de centralização e concentração demonstravam a necessidade da superpopulação relativa, como uma condição da indústria moderna, ao forçar o rebaixamento do valor da força de trabalho.

Incentivados por esse movimento, Lenin (2021), expôs que o capital financeiro e a expansão imperialista buscavam por território e recursos naturais, a fim de garantir seu domínio, acesso às matérias-primas e o sucesso da luta concorrencial. Dessa forma, o processo de acumulação e exploração capitalista, chega a uma nova fase. Primeiro pelo desenvolvimento de novas técnicas que pudessem explorar recursos ainda não aproveitáveis, por outro, novos territórios ou novas formas de anexação. E, no duplo caráter de exploração e dominação: “O enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo” (Lenin, 2011, p. 118).

Seguindo os escritos da Lei Geral de Acumulação Capitalista, os agrupamentos e concentração de capital em larga escala criaram um modo de comportamento do capitalismo, agora de forma ampliada. O imperialismo surge como uma etapa superior do capitalismo que substitui a livre concorrência pelos monopólios, que existe “acima e ao lado dela”, ainda que de forma contraditória e conflituosa. Assim, uma das características desse novo processo é, segundo Lênin (2021), o enorme endividamento da indústria e a rápida concentração de produção em empresas, ou seja, se inicia com

um processo de concentração, com alianças, aproximações e convênios, que vão evoluindo para monopólios, nesse processo a concorrência transforma-se em monopólio. O que Lênin (2021) observa aqui são várias particularidades. Primeiramente, quando a concorrência se transforma em monopólio, há um processo de socialização da produção.

Rompe-se a antiga tendência de produzir para um mercado e a capacidade é partilhada entre os grupos. Com isso, “a produção passa a ser social, mas a apropriação continua privada”, os meios sociais de produção continuam na esfera da propriedade privada nas mãos de um número reduzido de indivíduos. Mantém-se formalmente o quadro geral da livre concorrência e o resto da população fica sobre a exploração, a dominação e a dependência demonstrada na Lei Geral de Acumulação Capitalista que submete a classe trabalhadora em um jogo “mais duro, sensível e insuportável”. E ainda,

O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. (Lenin, 2011, p. 131).

O que observava no contexto desse processo é a introdução de elementos de aperfeiçoamento e tecnologias no processo produtivo, que gerava mais valor, sob as custas da extração do trabalho não pago, que retornava para o processo produtivo, a fim de ampliar a produção, aumentar o proletariado e acumular mais. Aquilo que Marx (2017) já observava, o que ocorre agora é um processo mais amplo que:

Traduzido em linguagem comum, isto significa que o desenvolvimento do capitalismo chegou a um tal ponto em que a produção de mercadores, se bem que continue “reinando” como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade ela encontra-se desacreditada e os lucros principais vão para os “gênios” das maquinações financeiras. Na base destas maquinações e destas trapaças encontra-se a socialização da produção; mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia os especuladores. (Lenin, 2011, p. 131).

É desse e junto a esse processo que as rivalidades de várias potências em suas “aspirações hegemônicas”, se alastrando em meio a intenção de expansão política e lucro comercial. O mundo vai se partilhando e as regiões não apropriadas são colocadas em disputa. O que Lenin (2021) explica, não é uma simples fase de caráter colonial e

transitória. Trata-se de uma fase de submissão e anexação, condizente com a ideia de maior valorização e acumulação.

Como finalização desse debate podemos agora retornar a alguns elementos que serão importantes posteriormente. Rosa Luxemburgo (2021), ao analisar os escritos de Marx (2017), no que corresponde o processo de acumulação capitalista, observa algumas manifestações. Para a autora ao falar de reprodução ampliada do capital, esse só poderia ser possível com a obtenção de outras “reservas sociais”, de um exército industrial de reservas, que antes não estavam sob as ordens do capital.

Assim, a busca de anexação de territórios, não seria somente em busca de espaços disponíveis ou matéria prima de forma abundante, mas também em um cenário que os trabalhadores rurais chegassem à cidade por consequência da presença do modo de produção capitalista. De uma forma que esses trabalhadores já debilitados pela exploração ou em excesso passariam a compor a forma proletarizada das populações rurais anteriores (Luxemburgo, 2021).

Dessa maneira, haveria uma “decomposição” da existência das formas primitivas de produção/acumulação de países não europeus ou de sociedades pré-capitalistas. Assim:

Da mesma maneira que a produção capitalista não pode limitar-se aos tesouros naturais e forças produtivas da zona temperada, mas, ao contrário, requer para seu desenvolvimento a possibilidade de dispor de todas as regiões e climas, tampouco pode funcionar somente com os operários que lhe oferece a “raça” branca. O capital necessita de outras raças, para aproveitar as regiões onde a raça branca não pode trabalhar; necessita poder dispor, ilimitadamente, de todos os operários da terra, para com eles poder mobilizar todas as forças produtivas do planeta, dentro dos limites da produção de mais valia, enquanto isso seja possível. Esses operários, porém, podem ser encontrados quase sempre acorrentados a formas de produção pré-capitalistas. Devem ser, pois, previamente “libertados” para que possam “alistar-se” no exército ativo do capital. Esse processo é uma das bases históricas inevitáveis do capitalismo (Luxemburgo, 2021, p. 360).

Por fim, a acumulação capitalista e as formas “não capitalistas” de produção e de consumo são fundamentais para o entendimento da forma com que esses se movimentavam. Assim como as colônias viabilizaram a produção capitalista, Marx (2017) demonstrou a necessidade da transformação dos camponeses em proletariado e as áreas mais remotas a serem anexadas às regiões de desenvolvimento capitalista. Esse é o movimento que é visto durante todo o processo de ocupação da Amazônia.

A acumulação depende, então, de variados processos, e principalmente, de áreas que consigam fornecer a obtenção do mais valor, ou seja, a ampliação e multiplicação

do proletariado que são essenciais para a reprodução do sistema. A contradição reside em que ao mesmo tempo que a exigência da dominação existe não é esperado que haja uma transição natural para a economia de mercado e nem que seja minimamente pacífica (Luxemburgo, 2021).

O que presenciamos é o uso da violência como método contínuo do processo de acumulação, que perdura desde sua origem. Assim como, foi a ocupação militar das colônias, a repressão das terras indígenas, bem como a sua expulsão, até as formas violentas de subjugar os recém novos trabalhadores urbanos.

Na conclusão disso, entendemos que da forma como os processos de resistência se formam, a violência é a resposta direta do capitalismo contra as estruturas econômicas naturais que impedem sua expansão. E o faz, privando as sociedades de seus modos de produção, visando não somente ser vitorioso, mas aniquilando as formas de existência dessas populações.

3. Exploração, dominação e resistência: contradições em movimento na Amazônia brasileira

A lógica da acumulação capitalista, quando articulada à condição de dependência estrutural de países periféricos como o Brasil, assume formas profundamente violentas e excludentes, especialmente em territórios como a Amazônia. Essa região, historicamente marcada pela presença de populações originárias, formas coletivas de organização social e modos de vida sustentados na relação equilibrada com a natureza, tem sido sistematicamente alvo de dinâmicas de espoliação e subordinação impostas pelos interesses do capital. A tríade exploração–dominação–resistência, nesse contexto, emerge como categoria analítica fundamental para compreender os processos socioeconômicos e territoriais que reconfiguram o espaço amazônico nas últimas décadas.

A migração forçada nesta região, confere, assim, a necessidade da acumulação capitalista de gerar uma superexploração da força de trabalho como resultado direto da crescente acumulação e concentração/centralização da riqueza. E de forma oculta, apresentada como um processo natural e até necessário ao mercado de trabalho.

A superexploração da força de trabalho na Amazônia manifesta-se de maneira particularmente intensa e estrutural. Conforme destaca Ruy Mauro Marini (1973), a superexploração é um traço constitutivo do capitalismo dependente, implicando não

apenas a extração de mais-valia absoluta e relativa em níveis superiores aos observados nos países centrais, mas também a desvalorização sistemática do valor da força de trabalho abaixo de seu custo de reprodução. Na região amazônica, esse fenômeno assume contornos dramáticos, dado o perfil das populações empregadas nos grandes projetos econômicos: em sua maioria, trabalhadores racializados, jovens, migrantes e oriundos de comunidades tradicionais, inseridos em condições de informalidade, precariedade e rotatividade intensas. O trabalho exaustivo, desprovido de direitos básicos e submetido a condições degradantes, revela a centralidade da superexploração como motor da acumulação local.

Nessa condição, cresce a miséria e junto uma significativa população de pessoas vivendo nas ruas, a mortalidade infantil, as doenças infectocontagiosas, a criminalidade, a prostituição infantil e adulta, a violência generalizada, a depressão, a fome, o aumento de pessoas sem teto. “Este discurso conservador favorece a livre acumulação e permite a condenação de milhares de pessoas ao genocídio, à morte violenta, à fome, à desesperança. Por outro lado, retira a luta em prol de uma nova ordem, pois faz crer que o caminho é irreversível, incontrollável, intangível. (Oliveira, 2010, p. 282). Assim, a expulsão desses povos das suas terras comuns se liga na impossibilidade de existência e da vida em comunidade. Bem como, afeta a autodeterminação e organização. O que, segundo Marini (1990), corresponde ao movimento de integração da Amazônia na economia global.

Esse complexo que, segundo Osório (2019), no capitalismo dependente tende a ser mais acentuado, onde a dimensão civilizatória dá lugar à barbárie, aos altos níveis de conflitos das mais diversas ordens. E na Amazônia, isso aparece nos conflitos de defesa e resistência dos povos originários. Esses que, frente a intensa exploração e invasão dos seus espaços, para construção de hidrelétricas, derrubada de madeira, exploração mineral e mudança nos cursos dos rios, ou seja, os retiram dos melhores espaços de caça, de pesca, e são inseridos de forma violenta nos centros urbanos, aquilo que aponta Teixeira (2008, p. 145): “os trabalhadores amazônidas seriam nos máximos típicos, mas não pobres. O movimento do capital, sim, tornou-os mais que pobres, tornou-os miseráveis”.

A dominação, por sua vez, opera em múltiplas escalas e dimensões, articulando mecanismos econômicos, políticos, ideológicos e simbólicos que visam à reprodução da lógica capitalista em contextos de resistência histórica. A centralização do capital nas mãos de grandes conglomerados transnacionais — intensificada pela financeirização e pela globalização das cadeias produtivas — redefine as formas de gestão e apropriação

dos territórios amazônicos. Não se trata apenas de dominar recursos naturais, mas de submeter as populações locais a uma nova racionalidade produtiva, baseada na lógica do enclave, na flexibilização normativa e na imposição de projetos de desenvolvimento que ignoram as dinâmicas socioculturais locais. Essa dominação territorial e institucional é respaldada por instrumentos do Estado e por dispositivos jurídicos de exceção, que operam seletivamente para garantir segurança jurídica à acumulação, ao passo que criminalizam movimentos sociais e deslegitimam saberes e formas de vida não alinhadas à racionalidade do mercado.

Além disso, a dominação se entrelaça com estruturas históricas de colonialismo interno, racismo e patriarcado, aprofundando as desigualdades já existentes. As populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas não apenas têm seus modos de vida ameaçados, mas são constantemente alvo de campanhas de desinformação, estigmatização e violência física, simbólica e institucional. O avanço do agronegócio, da mineração e das infraestruturas logísticas, nesse sentido, é acompanhado pelo recrudescimento dos conflitos fundiários, da militarização dos territórios e do assassinato sistemático de lideranças populares. A dominação, portanto, não se limita à esfera econômica, mas se configura como um processo multifacetado de destruição de formas alternativas de existência e de imposição da lógica capitalista como universal e inevitável.

Entretanto, é justamente no interior dessas contradições que emergem práticas de resistência. Longe de serem passivas diante das investidas do capital, as populações amazônicas constroem cotidianamente formas plurais de enfrentamento, que vão desde ações diretas contra empreendimentos predatórios até estratégias jurídicas, pedagógicas e culturais de defesa do território. Essas resistências não se organizam de maneira homogênea ou centralizada, mas se enraízam nas experiências locais, na memória coletiva e nos saberes tradicionais, muitas vezes articulando alianças entre diferentes grupos sociais, como indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, sindicatos, organizações não governamentais e redes transnacionais de solidariedade.

A luta pelo território torna-se, nesse contexto, um eixo central das mobilizações. Para os sujeitos coletivos amazônicos, o território não é uma mercadoria ou um recurso a ser explorado, mas uma base material, simbólica e afetiva de reprodução da vida. A defesa dos bens comuns — como as florestas, os rios, os conhecimentos ancestrais e os modos de vida comunitários — constitui um gesto político de contestação à lógica predatória do capital e de afirmação de projetos alternativos de mundo. Essas práticas de resistência, ainda que fragmentadas e muitas vezes duramente reprimidas, revelam a

potência de horizontes contra-hegemônicos que questionam a linearidade do progresso e a naturalização do desenvolvimento baseado na expropriação.

Além disso, é importante destacar a resistência enquanto processo formativo e pedagógico. As lutas travadas no interior da Amazônia promovem formas autônomas de organização, fortalecem identidades coletivas e impulsionam processos de politização que desestabilizam a hegemonia neoliberal. A produção de conhecimento a partir das experiências populares, a articulação de redes de comunicação alternativa, a construção de projetos de agroecologia e economia solidária, entre outras iniciativas, demonstram que a resistência não se limita à negação, mas aponta para a possibilidade concreta de outras formas de sociabilidade. Ainda sobre isso (Mészáros, 2021, p. 67):

Do mesmo modo, como demonstram os registros históricos, até as configurações classistas particulares de dominação e subordinação estruturais variam, em sintonia com o desdobramento das mudanças históricas, das formas escravistas e feudais às burguesas. Porém, a substância da produção exploradora de classe e da extração de mais-trabalho tem de permanecer, associada à usurpação do poder global de tomada de decisão feita no interesse de uma classe .

Portanto, o campo de tensão entre exploração, dominação e resistência deve ser compreendido como parte constitutiva da dinâmica da acumulação capitalista na Amazônia. A região, longe de ser um espaço marginal ou periférico, assume papel estratégico na geopolítica do capital contemporâneo, funcionando como laboratório das formas mais avançadas — e mais brutais — de extração de valor. Ao mesmo tempo, é também um território de experimentação de práticas emancipadoras, onde se travam batalhas decisivas pela redefinição do futuro. Compreender essas contradições em sua totalidade e historicidade é fundamental para romper com as narrativas dominantes e fortalecer os processos de transformação social que nascem, muitas vezes, das margens.

4. Conclusão

A análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu demonstrar que a Lei Geral da Acumulação Capitalista, tal como formulada por Marx e posteriormente aprofundada por autores como Rosa Luxemburgo, Lênin e Ruy Mauro Marini, encontra na Amazônia brasileira uma expressão particularmente aguda de suas determinações estruturais. O território amazônico, longe de constituir uma “fronteira a ser integrada”, revela-se como um espaço historicamente apropriado e subordinado aos imperativos do capital, onde a expropriação territorial, a superexploração da força de trabalho e a

centralização econômica operam em sinergia, conformando um padrão de acumulação que reforça as dinâmicas do capitalismo dependente.

Ao evidenciar os vínculos entre a lógica capitalista e a destruição ambiental, a precarização do trabalho e a violação sistemática dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais, o estudo contribui para o desvelamento das formas contemporâneas de dominação que articulam colonialismo interno, imperialismo global e racismo estrutural. Nesse cenário, os grandes empreendimentos de mineração, agronegócio e infraestrutura logística não apenas aprofundam a desigualdade socioespacial, mas também configuram uma nova etapa de acumulação por despossessão, marcada por regimes de exceção e reconfigurações institucionais que favorecem o grande capital em detrimento da vida social e ecológica.

Contudo, as contradições inerentes a esse modelo não se expressam apenas em formas de exploração e violência, mas também nos processos de resistência protagonizados por sujeitos coletivos que, mesmo sob intensa pressão, afirmam projetos contra-hegemônicos de vida, trabalho e territorialidade. As lutas de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e trabalhadores urbanos periféricos constituem não apenas reações à espoliação, mas ensaios de outras formas de existência, que tensionam a ordem capitalista e propõem alternativas enraizadas na defesa dos bens comuns, da autodeterminação dos povos e da justiça social e ambiental.

Dessa forma, compreender a Amazônia a partir das mediações entre acumulação capitalista, dominação e resistência exige ir além da leitura economicista e incorporar uma perspectiva totalizante, crítica e comprometida com a transformação social. Reafirma-se, assim, a centralidade da teoria marxista da dependência como instrumento analítico e político capaz de iluminar as múltiplas determinações que conformam o capitalismo periférico e de contribuir para a construção de um horizonte emancipatório que parte, necessariamente, da realidade concreta e das lutas dos povos da floresta.

5. Referências

- AMARAL, Marisa Silva; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. **Superexploração da força de trabalho**: uma proposta metodológica de análise. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 146, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.344>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- LENIN, V. I. **O Imperialismo**: etapa superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo**. Etapa Superior do Capitalismo. 2011. Disponível em: <http://www.portaler.ubab/index.php/terminal/article/view/9412/6850>. Acesso em: [inserir data de acesso].
- LUCE, Mathias Seibel. **A superexploração da força de trabalho no Brasil**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- MARINI, Ruy Mauro. **Memorial**. Mimeo, 1990.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, 2011.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**: crítica do Estado. Organização: John Bellamy Foster. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021.
- OLIVEIRA, Antônio Pereira de. **Polo industrial de Manaus**: a biodiversidade como mercadoria. 2021. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente, **Amazônia e Serviço Social**. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], n. 21, p. 141–152, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/94>. Acesso em: 01 mar. 2024.